

As armadilhas para Lula - parte 3



Por JEAN MARC VON DER WEID*

Não dá para tapar o sol com a peneira e aplaudir as Forças Armadas por não terem dado o golpe

As Forças Armadas

Segundo alguns analistas mais otimistas, nos episódios que semearam o governo do energúmeno e nos dias que se seguiram à sua derrota eleitoral, as Forças Armadas (FFAA) se mostraram fiéis respeitadoras dos cânones republicanos e democráticos. A meu ver, esta interpretação pode ser comparada com o caminhão que corre desgovernado na direção de um precipício ser considerado confiável, porque freou no último momento antes de se estabacar no abismo.

As Forças Armadas brasileiras não se mostraram republicanas nem democráticas desde que deram o golpe que instituiu a própria República. Quando não atuaram diretamente intervindo na política por meio de golpes e apoiando ou assumindo diretamente ditaduras, elas sempre foram uma sombra ameaçadora, pairando sobre o regime e as instituições.

Para não alongar o percurso de ameaças, pressões, golpes e tentativas de golpe lembro apenas do papel dos militares após terem se retirado do poder que controlaram pela violência mais bárbara, incluindo prisões, torturas e assassinatos. Já na Constituinte esta sombra pesou sobre os deputados e senadores, intervindo, notavelmente, na redação do famoso artigo 142. Segundo a versão dos próprios militares, controvertida pela análise da grande maioria dos juristas, este artigo dá às Forças Armadas um “poder moderador” que justificaria legalmente uma intervenção se os outros poderes não estiverem de acordo.

Em outro momento chave da nossa história recente, o ultimato do general Villas Bôas (via twitter!) constrangeu o STF a votar contra o habeas corpus do Lula, o primeiro passo para levá-lo à prisão e torná-lo inelegível. Finalmente, os altos mandos das Forças Armadas foram cúmplices da campanha do energúmeno contra as urnas eletrônicas, e protegeram os manifestantes que pediam o golpe militar na porta dos quartéis defendendo a “liberdade de expressão”.

Não dá para tapar o sol com a peneira e aplaudir as Forças Armadas por não terem dado o golpe que era pedra cantada depois da derrota de Jair Bolsonaro. Sim, o golpe não foi dado. Mas isto não se explica por um comportamento respeitoso para com a democracia. Afinal de contas, o próprio comandante do exército peitou o ministro da Justiça e a polícia do DF, que buscavam prender os participantes do quebra-quebra na Praça dos Três Poderes e que tinham refluído para as portas do quartel general da força. “Tenho mais tropa e poder de fogo”, teria ameaçado o general, dirigindo-se para o comandante da PM. Sim, o caminhão foi freado na hora H, mas não por respeito à democracia. As motivações seriam a posição das Forças Armadas americanas contra o golpe ou, mais rasteiramente, o medo dos generais de se meterem em um regime ingovernável que poderia atrapalhar o seu *dolce far niente*, com altos salários.

a terra é redonda

O governo Lula e, sobretudo, o judiciário, estão fazendo o possível para levar os golpistas à barra dos tribunais e o STF tomou uma importante decisão ao declarar que as investigações e o julgamento dos militares envolvidos na tentativa de golpe e na proteção aos golpistas sejam de responsabilidade da justiça civil e não da militar. É um princípio essencial o reconhecimento de que a justiça militar julga crimes militares, mas os crimes civis de militares são julgados pela justiça civil. Veremos até onde irá esta queda de braço e a hora da verdade vai ser a condenação dos generais implicados neste caso. O STF terá a coragem de enquadrá-los e condená-los? A generalada vai aceitar o resultado? O futuro do papel das Forças Armadas no Brasil depende disto.

É preciso olhar o quadro mais amplo e o comportamento das Forças Armadas desde a redemocratização. Fora do poder, mas blindados contra a cobrança de todos os seus crimes durante a ditadura, os militares se recolheram aos quartéis e às suas atividades profissionais, mas cultivaram o ressentimento contra o poder civil. Seguiram defendendo o seu papel de “libertadores” e “defensores do país contra as ameaças comunistas”. Seguiram despudoradamente comemorando o golpe de 1964 em ordens do dia lidas em todos os quartéis, ano após ano. As autoridades civis engoliram estas provocações e olharam para o lado, fechando os ouvidos, mesmo nos governos de Lula e de Dilma.

A posição tímida, para não dizer intimidada, dos sucessivos presidentes da República desde o fim da ditadura, levou-os a fazer concessão sobre concessão para “acalmar a tropa”. O número de militares nas três armas subiu de 280 mil para 370 mil, em números redondos. O orçamento também cresceu, com os gastos com militares da ativa e da reserva chegando a mais de 80 bilhões. Quando se incluem na conta os outros gastos e os brinquedinhos de guerra (submarino atômico, caças suecos, tanques modernos) o orçamento das Forças Armadas fica maior do que os dos ministérios da educação e da saúde somados.

Não entram nesta conta todos os salários dos 8 a 12 mil oficiais contratados para cargos civis, durante o governo de Jair Bolsonaro, salários que foram adicionados aos que recebiam como militares. Segundo algumas fontes, perto de 1,6 mil oficiais recebem hoje salários/soldos superiores a 100 mil reais por mês. Eduardo Pazzuelo, o “especialista em logística” que mandou oxigênio para Macapá em vez de atender a urgente demanda de Manaus, embolsou 300 mil paus ao passar para a reserva. Um brinde de despedida?

E tudo isso para que, exatamente? Para que servem as Forças Armadas? Teoricamente, a função desta gente é a defesa do território, mas elas foram utilizadas mais para reprimir movimentos republicanos, durante o império ou movimentos sociais como Canudos, Caldeirão, Contestado e outros menores nas primeiras décadas da República. Ou a Coluna Prestes. A única guerra em que lutamos na República, a Segunda Guerra Mundial, levou milhares de civis fardados, chamados de pracinhas, para lutar na Itália, depois de termos namorado o nazifascismo durante boa parte da ditadura de Getúlio Vargas.

De lá para cá, as Forças Armadas adotaram uma outra definição para a sua missão: no quadro da guerra fria pós o fim da segunda grande guerra, o objeto da ação dos nossos militares passou a ser a “defesa da democracia contra as ameaças comunistas”. Esta doutrina continua sendo vigente nos documentos oficiais das Forças Armadas e foi usada para justificar tentativas de golpe e o próprio golpe de 1964. Anacronicamente, ela segue sendo objeto da formação da oficialidade e do planejamento das três armas.

O caráter messiânico da postura da oficialidade os leva a acreditar que são a única força do país capaz de dirigir a nação para o futuro. E que futuro é este? Recentemente, os *think tanks* das Forças Armadas elaboraram um projeto de país com metas até 2035. Contavam com a continuidade do governo de Jair Bolsonaro para realizar a sua proposta, uma mistura de neoliberalismo misturado com conservadorismo nos costumes, destruição da legislação ambiental, já bem abalada, eliminação das reservas indígenas e quilombolas, militarização da educação e outras gracinhas fora do tempo e do lugar.

Sem Jair Bolsonaro no poder onde vai parar o que já se alcunhou, com propriedade, de Partido Militar?

A politização das Forças Armadas nunca deixou de acontecer, mas este período de bolsonarismo no poder levou este

a terra é redonda

processo ao paroxismo. Centenas de oficiais passaram a se posicionar publicamente sobre temas políticos, através das redes sociais e em direta contradição com os estatutos militares. Muitos foram cursar as aulas do pretenso filósofo Olavo de Carvalho, consolidando um conjunto de posições reacionárias no conteúdo e antidemocráticas nas suas pretensões. Coronéis e outros oficiais abraçaram sem peias, os movimentos na porta dos quartéis, ignorando as regras de segurança destes estabelecimentos.

Não por acaso, os movimentos civis bolsonaristas passaram a pressionar diretamente a oficialidade, clamando pelo golpe, quando se deram conta de que os generais, almirantes e brigadeiros estavam vacilando em tomar a iniciativa. Já escrevi sobre este processo em outros artigos para indicar que, só faltou unidade de ação entre a oficialidade média, para que chegassem a enquadrar seus superiores ou para atropelá-los para dar o golpe. A covardia de Bolsonaro deixou esta camada média da oficialidade sem liderança e faltou um general que fizesse o que fez o outro Mourão em 1964: botar a tropa nas estradas e forçar a mão dos generais comandantes. No momento presente, estes últimos se deram conta da resistência de boa parte da sociedade e da ameaça de isolamento internacional e contiveram a maré golpista.

E agora? Com uma ampla maioria de direitistas, muitos deles ainda bolsonaristas apesar da crescente desmoralização do “mito”, a oficialidade está na ponta dos cascos, esperando a volta do cipó, quer na legalidade quer na força. A limpeza na oficialidade, com o afastamento dos mais comprometidos com a intentona de 8 de janeiro, pode colocar a categoria na defensiva por um tempo, mas o fato de que cada troca de comando vai colocar no topo da carreira oficiais mais engajados na linha da intervenção “salvadora da nação” nos leva a crer que teremos crise sobre crise nas relações com os militares. E não vai adiantar a tática adotada nos governos de FHC, Lula e Dilma, cedendo às pressões para desarmar crises.

Lula já engoliu um sapo enorme ao ceder às pressões da Marinha para afundar o porta aviões envenenado, confessadamente por amianto e, secretamente, por material radioativo. O IBAMA se posicionou contra e Marina, discretamente, também. Mas Lula, em crise com o exército, não quis abrir outro foco de embate. Na aeronáutica também há problemas se acumulando, com acusações de compra de aviões sem concorrência. Está tudo por baixo dos panos até agora, mas os casos virão à tona cedo ou tarde. Ceder aos militares não tornará Lula palatável para a oficialidade. Só vai acirrar o ímpeto de provocações e chantagens.

A discussão sobre o papel das Forças Armadas na atualidade mundial e nacional tem que ser aberta na sociedade e no Congresso, mas a composição deste último não permite supor que se possa começar uma transição reduzindo o tamanho das nossas forças armadas e dirigindo o seu papel para a garantia da legalidade.

Vai haver uma prova dos nove, muito provavelmente no momento do acionamento das Forças Armadas para controlar as atividades criminosas na Amazônia. Como já apontei antes, eliminar o garimpo ilegal controlado pelas facções criminosas (CV, PCC, AdA, outros) vai exigir uma operação incluindo as três armas, possivelmente com choques armados nos rios e nas matas da fronteira norte. Como vão se comportar as três forças?

Eliminar o comportamento político das Forças Armadas é tarefa para mais de um governo, mas os passos tem que ser dados desde agora. O novo comando do exército adotou um discurso republicano e profissional e, na aparência, está tratando de disciplinar a oficialidade, eliminando as manifestações políticas públicas. É importantíssimo, mas não controla a conspiração inter pares, feita dentro dos quartéis. É água represada, mas a pressão pode continuar se acumulando na surdina. Qualquer fragilização do poder civil nestes quatro anos pode fazer o dique da contenção disciplinar vir abaixo. É mais uma ameaça, e das grandes, para o governo Lula.

A sociedade fraturada

A partir de 2013, a percepção de todos os analistas sobre a sociedade brasileira começou a mudar. Nos habituamos, desde o fim da ditadura militar, a olhar para os brasileiros como um povo em claro avanço político e ideológico. Até então, nas pesquisas de opinião, os interrogados que se classificavam como sendo de direita ou centro direita eram uma minoria. E pequena minoria. Prevalecia a identidade com o centro esquerda e a esquerda e até a extrema esquerda tinha

a terra é redonda

significância.

O voto majoritário em Fernando Collor era minimizado como um ponto fora da curva e, por 20 anos, o eleitorado sufragou candidatos à presidência vistos como de centro esquerda e de esquerda. Pode-se discutir se esta classificação política tinha consistência do ponto de vista de uma análise mais criteriosa, mas a leitura do eleitorado apontava para uma oposição entre uma identidade social-democrata (PSDB) e outra esquerdista ou socialista (PT e aliados). A direita não tinha dúvidas em classificar todos como sendo comunistas, mas o eleitorado não se alinhava com esta leitura.

Não percebemos que a oposição entre estes dois blocos empurrava o primeiro no caminho da direita e os laivos social-democratas do PSDB estavam sendo abandonados em troca de um discurso neoliberal na economia e de concessões cada vez maiores na pauta dos costumes. Já a esquerda petista e seus aliados também foram escorregando em direção ao centro, abandonando o discurso mais avançado na economia e nos costumes por uma postura mais palatável eleitoralmente. O choque foi se concentrando entre a defesa da reforma liberal da economia por um lado, e a defesa dos direitos dos pobres, negros, mulheres, indígenas, LGBTQIA+, meio ambiente pelo outro.

O pano de fundo da consciência social aparecia nas pesquisas de opinião, quando se apresentavam perguntas sobre casamento gay, aborto, pena de morte, igualdade de gênero, educação sexual, entre outras. A maioria dos consultados se posicionava contra as pautas mais avançadas, mostrando um persistente conservadorismo. Mas, apesar das resistências, as pautas mudancistas nos costumes fizeram alguns progressos nestas décadas, enquanto os valores democráticos eram definitivamente apoiados pela maioria.

A virada da opinião pública a partir de 2013 veio como um raio em céu limpo para muita gente. Pela primeira vez desde o fim da ditadura, uma camada raivosamente antidemocrática, anticomunista e ultraconservadora nos costumes assumiu uma identidade pública e deu início à polarização que hoje marca a sociedade. Nas eleições de 2014, Dilma Rousseff teve que enfrentar uma candidatura, a de Aécio Neves, que virava à direita, buscando este voto conservador emergente. Ganhou Dilma por muito pouco e teve que governar sob o signo da contestação do próprio processo eleitoral. Cresceu na opinião pública a rejeição pela política e a crença de que político “é tudo a mesma coisa”. É neste caldo de cultura que floresce a candidatura de Jair Bolsonaro.

Os componentes que explicam este processo são debatidos pelos analistas. Uns dizem que tudo é consequência da campanha midiática massiva contra os governos da esquerda, em particular a exploração política dos escândalos de corrupção, chamados de mensalão e de petrolão. Não há dúvida que a aliança entre juízes e procuradores abusando das leis para fazer oposição política, solidamente apoiados pela grande mídia, tiveram um papel importante no isolamento de Dilma Rousseff, mas temos que lembrar que Lula foi submetido a um processo semelhante em 2006 e foi reeleito com sobras, saindo do governo em 2011 com a popularidade em “níveis soviéticos”, mais de 80% de aprovação.

Ou seja, o discurso anticorrupção não colou no eleitorado nesta primeira ofensiva. Por que colou na Dilma? A operação lava-jato tinha mais matéria para alimentar a mídia e, por outro lado, a gestão da economia, sobretudo no início do segundo governo, revelou-se problemática. Esta gestão foi ainda mais atacada por ter adotado o programa econômico do seu adversário no pleito, com uma série de medidas de austeridade, cujo impacto na população foi notável. A meu ver, foi a combinação do econômico com o ético que levou os índices de apoio à presidente para menos de 10% e favoreceram o movimento que levou ao golpe de 2016.

A partir do golpe, outro fator entrou na liça política: a intensa participação da direita nas redes sociais, assumindo uma hegemonia que ainda é vigente, embora relativamente enfraquecida. Bolsonaro foi assumindo um protagonismo cada vez maior nesta mídia alternativa e, pouco a pouco, criando uma malha de fidelidades e de militância com características de seita religiosa. Altamente profissionalizada na exploração dos facebook, whatsapp, instagrams e outros, a direita compôs uma bolha poderosa de apoiadores que se interrelacionam de forma permanente, seguem as orientações e creem cegamente nas informações que nela circulam.

a terra é redonda

Este fenômeno permitiu que fosse sendo cristalizada uma ideologia de ultradireita, simplista, homofóbica, racista, misógina, “antipolítica”, antidemocrática, anticientífica e antipobreza. Esta identidade, que jazia nos subterrâneos da mentalidade de boa parte da nacionalidade sem coragem de se assumir, veio à luz e se mostrou de forma agressiva e militante.

Este movimento foi sendo assumido e estimulado pelas igrejas pentecostais, sobretudo nas igrejas chamadas de “mercado”, mas não apenas. Sim, a IURD tem um partido para chamar de seu, o Republicano, e outras denominações elegeram seus bispos em várias legendas. A bancada da bíblia é hoje uma potência. Mas, não se pode acusar estas igrejas de ter gerado este movimento direitista. Durante o governo de Lula e parte do de Dilma esses pastores políticos fizeram acordos com a esquerda em vários momentos, mostrando um oportunismo bem característico. Mas foi só a maré mudar para eles adotarem o discurso extremista de direita e engrossarem a maré montante do bolsonarismo. Esta corrente evangélica ficou ainda mais empoderada quando os números da eleição de 2018 mostraram que Jair Bolsonaro teve uma vantagem de 10 milhões de votos sobre Fernando Haddad entre estes eleitores. Esta foi exatamente a diferença total entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad e os pastores se viram como os grandes eleitores do energúmeno.

Qual o tamanho do bolsonarismo nos dias de hoje? Não acho que o voto em Jair Bolsonaro seja composto, na sua totalidade, por gente da “bolha” da ultradireita. Assim como Lula teve uma margem decisiva de votos que optaram por ele por oposição a Jair Bolsonaro, o mesmo se deu na composição do voto deste último, com muita gente fechando o nariz para impedir a volta de Lula e do PT.

Apoiadores fanáticos podem ser identificados nas pesquisas de opinião entre aqueles que apoiam todas as propostas e posturas do “mito”. Este número ficou, durante a pandemia, por exemplo, entre 15 e 20% dos consultados nas pesquisas. Depois da polarização da campanha eleitoral (e com o trauma da pandemia ficando para trás) este apoio subiu para 25 a 30%. O discurso de ódio mantido na fervura permanente ao longo de quatro anos teve seus efeitos perversos, não só para consolidar uma opinião ultrarracionária, mas para levar seus defensores a exprimi-la de forma violenta.

Mesmo tomando o número mais baixo destas estimativas, temos que constatar que a ultradireita tem uma base militante ativa nas redes e capaz de se mobilizar nas ruas em grande número, com um apoio da ordem de 25% do eleitorado.

Esta militância, quando se olha para seus participantes mais aguerridos, é capaz de atuar com uma dedicação que antes só se via na esquerda. Milhares de acampados na porta dos quartéis por quase dois meses, centenas de ativistas capazes de interromper mais de mil pontos em estradas federais e perto de três mil fanáticos capazes de atacar e destruir os palácios do executivo, do legislativo e do judiciário são uma boa demonstração do poder de fogo do bolsonarismo.

A atitude covarde e defensiva adotada por Bolsonaro desde sua derrota eleitoral, o fez perder prestígio entre os mais aguerridos dos seus apoiadores, mas nas bolhas da ultradireita o “mito” segue sendo a referência. A sucessão de escândalos, em particular o caso das joias das arábias, pode significar mais perda de apoio. No entanto, lembro da enorme quantidade de barbaridades perpetradas por Bolsonaro ao longo da sua vida e ao longo do seu governo e o quanto limitado foi o efeito na sua popularidade. As bolhas da internet são tão poderosas para blindá-lo com narrativas inacreditáveis, mas engolidas pelos bolsonaristas como verdades divinas, que devo achar que o energúmeno é o próprio teflon, nada gruda nele.

Se Jair Bolsonaro se tornar inelegível, em um dos seus inúmeros processos na Justiça eleitoral e se ele for preso, por outros tantos processos na Justiça comum, ele vai continuar a ser um “grande eleitor”, mas vai ser difícil achar quem o substitua no papel de “mito”. Isto vai ser um ponto positivo na sucessão de Lula.

A massa de manobra ativista e militante, agressiva e violenta, conta ainda com um perigoso componente: os mais de 700 mil supostos CACs (caçadores, atiradores e colecionadores). Esta base que está armada até os dentes e com munição para uma longa guerra, ficou ausente das manifestações na porta dos quartéis e no badeiraço de 8 de janeiro. Apesar de instados a participar por dramáticos chamados nas redes, a milícia armada de Bolsonaro não mostrou a cara. Isto não quer

a terra é redonda

dizer que ela não exista ou que não queira se expor. Tudo vai depender do contexto político.

Creio que este grupo tem um limitante importante que é a sua descentralização organizativa e a falta de um comando unificado. Fazer com que mesmo uma fração de não mais do que 1% desta base, ou seja, 7 mil milicianos, se mobilize para atacar alvos em todo o país de forma simultânea é complicado. Cada um sempre ficará com a pulga atrás da orelha, com medo de se expor com o seu pequeno grupo local, organizado em algum clube de tiro, e não ser acompanhado pelo resto da base em outros lugares. Mas ações pontuais são mais viáveis, sobretudo as do tipo atentado contra as torres de transmissão de energia ou outro alvo qualquer. Não podemos descartar este tipo de fustigamento do governo Lula no futuro.

A divisão política e ideológica da sociedade brasileira não foi amainada pelo tradicional período de trégua pós-eleitoral, os “cem dias de paz”. Não só a tensão foi ao paroxismo até o badernaço do 8 de janeiro, como as pesquisas mostram que oposição e apoio ao ex-presidente estão praticamente idênticos aos resultados da eleição, quase meio a meio. O que esperar dos próximos meses?

A direita bolsonarista e o “partido militar” estão na defensiva depois da operação repressiva aos participantes e responsáveis pelos ataques na praça dos Três Poderes. A ausência e tibieza do “mito” também estão deixando o bloco paralisado. “Vai voltar? Não vai voltar?”. A bolha está confusa e ainda tendo que defender o seu líder nos escândalos das arábias e outros mais. Mas isto não dura para sempre. A arena privilegiada do bolsonarismo ou, no caso de eclipse do “mito”, de alguma liderança emergente (os filhos? a mulher?), tende a ser o Congresso. As bancadas da bíblia e do boi, ambas bolsonaristas raiz, estão com uma série de pautas, umas de costumes e outras (anti)ambientais, nas suas agendas. Ainda estão à espera do momento adequado, e ocupadas com uma iniciativa de baixo fôlego, a CPI do badernaço. E travadas pela eterna negociação de cargos no governo, que pode limitar as alianças com outras forças da direita.

Com CPI ou com a disputa de várias pautas caras ao bolsonarismo, o que vamos assistir é um embate congressual acompanhado por uma batalha midiática e nas redes sociais, podendo evoluir para mobilizações de massa. A regressão na legislação sobre aborto, por exemplo, deve ser um tema de forte tensão dentro e fora do espaço legislativo. E outras se seguirão, sem descanso para o governo. O bolsonarismo está louco para provocar a esquerda e os movimentos identitários e disputar as ruas, no número ou na violência. A esquerda não tem, há tempos, o monopólio das ações de massas e agora vai ter que mostrar que está viva e disposta a dar suporte ao governo e a sua agenda.

A reforma tributária é um tema árido e, para que possa provocar mobilizações, terá que ser difundida pedagogicamente para o povo ou ele não se mobilizará para apoiar o governo. Mas tudo vai depender da proposta de Fernando Haddad. Uma reforma que ataque a concentração de riqueza, diminuindo os encargos para o povo e para a classe média e aumentando para a classe A pode ganhar uma bela mobilização sob o signo da justiça redistributiva. No entanto, o governo terá muito mais argumentos para sensibilizar o povo a manifestar seu apoio se justificar o projeto pela necessidade de recursos para programas muito concretos e que toquem as carências do dia a dia do povo.

A metade do eleitorado brasileiro não adotou esta ideologia execrável que vem se manifestando crua e brutalmente nos últimos anos de uma hora para outra. Já havia uma camada, mais ampla do que imaginávamos, de racistas, misóginos, homofóbicos, etc. Esta gente que nos horroriza já convivia conosco, mas enrustidos ou, pelo menos, menos assumidos e agressivos. Afinal de contas, o racismo estrutural não é uma figura de retórica, mas uma realidade herdada de séculos de escravidão e de marginalização dos libertos.

O que há de novo é que todas estas atitudes passaram a ser adotadas com fé e orgulho por uma parcela grande da população e tudo que antes estava reprimido e escondido veio à luz, destampado o bueiro onde esta lama moral jazia. Foi uma erupção de comportamentos não só discriminatórios, mas eivados de ódio, estimulado pela militância bolsonarista nas redes sociais e pelo próprio comportamento do energúmeno. A violência assumiu a forma mais extrema destas atitudes e aumentaram em muito o risco de negros, mulheres, indígenas, LGBTQUIA+ no seu dia a dia, inclusive pela violência policial.

a terra é redonda

Desarmar a política do ódio e a ideologia da extrema direita vai ser algo muito difícil, mesmo se Lula conseguir deslanchar a economia e levar adiante seus programas sociais. O peso da ideologia retrógrada é muito grande e seguirá impulsionada pelas redes sociais e pelas igrejas pentecostais. Nas últimas eleições, ela foi capaz de arrastar mais de um terço do voto dos mais pobres. Se a economia andar para frente, melhorando emprego e renda e acompanhada de programas sociais consistentes os preconceitos entre os mais pobres, inclusive nas igrejas, podem ser quebrados, em parte. Mas a armadilha está justamente neste “se”...

***Jean Marc von der Weid** é ex-presidente da UNE (1969-71). Fundador da organização não governamental Agricultura Familiar e Agroecologia (ASTA).

Para ler o primeiro artigo dessa série clique em <https://aterraeredonda.com.br/a-armadilha/>

Para ler o segundo artigo dessa série clique em <https://aterraeredonda.com.br/as-armadilhas-para-lula/>